

RESENHA

**TÍTULO:
ARGUMENTOS POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA:
PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**

OBRA RESENHADA:

ALMEIDA, Juniele Rabêlo & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011. (231 páginas).

Ivaneide Barbosa Ulisses

Doutoranda em História pela UFMG.
Professora do curso de História - UECE/FAFIDAM
E-mail: ivaulisses@yahoo.com.br

Recebido em: 20 mai. 2012
Aceito em: 23 jun. 2012.

A obra começou a ser estruturada em fevereiro de 2011, durante um curso promovido pelo Núcleo de História da Cultura Intelectual, na USP. Pensava-se em como difundir o conhecimento histórico para um “amplo público”, por diferentes meios de comunicação: jornal, TV, dentre outros, assim como potencializar os “lugares de memória” e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade das informações baseadas em trabalhos acadêmicos. Organizado pelas pesquisadoras e professoras Juniele Almeida e Marta Gouveia Roval, o livro é dividido em eixos. O primeiro eixo intitulado “História Pública, perspectivas globais”, traz um quadro explicativo com definições sobre o tema e um panorama de escolas historiográficas, nas quais a História Pública vem se destacando. Já o segundo eixo “Dimensões da Oralidade na História Pública”, a História Oral é apresentada como área privilegiada na “publicização” da pesquisa histórica. E por fim, o terceiro eixo “Experiências em História Pública”, como o título indica, expõe trabalhos de diferentes áreas como exemplos do sucesso da união da qualidade da informação na divulgação da ciência ou como as organizadoras colocam, “modos de fazer” (p. 13).

Na seção inicial tem-se “História Pública e Consciência Histórica”, de Sara Albieri, professora da Universidade de São Paulo. No texto, a autora discorre sobre questões que considera intrínsecas a História Pública com destaque para o “acesso irrestrito” às fontes, tanto no que se refere a guarda do material por instituições públicas, movimentos políticos, quanto à questão que envolve acervos de familiares/amigos. E pergunta: “até que ponto é legítimo que indivíduos ou grupos reivindicuem posse ou controle sobre o que pode ser publicado?” (p. 20). Levanta, assim, a problemática em torno dos limites entre o público e o privado. Albieri cita o livro didático como fazendo parte da contenda da História Pública e completa: “uma das formas mais poderosas de publicação de História no Brasil” (p. 21). Portanto, de divulgação do conhecimento histórico. Para ela, entram também no debate da História Pública “os lugares de memória” (museus, monumentos, sítios históricos, etc): “objetos de políticas de conservação, restauração, exposição e visitação. Outros meios de divulgação de documentários, filmes, livros romanceados, histórias em quadrinho com temas diretamente ligados a fatos históricos” (p. 21). A autora liga diretamente a História Pública à publicação de informações históricas e sintetiza: “o cenário da publicação é amplo e diversificado” (p. 21) e propõe esse espaço para a crítica do historiador.

Ainda na primeira seção, o artigo “Ensinando História Pública no século XXI,” de Gerald Zahavi, professor de História Social do Trabalho na *University of New York*, reflete sobre uma História Pública que explora e apresenta o conhecimento histórico além dos foros acadêmicos e propõe “o uso sofisticado e criativo de exposições museológica, performances teatrais, mídia audivisual” (p. 53). Para Zahavi, tal uso só pode acontecer com envolvimento de diferentes profissionais “[...] arquivistas, curadores, cineastas, documentaristas, criadores de web site, historiadores de políticas públicas [...]” (p. 53) treinados por meio de um currículo que favoreça a formação desse profissional como docentes mistos e com práticas de História Pública. Isto é, o autor defende a criação de um curso próprio que abarque áreas como de história, memória, patrimônio e exposição. Estaria Zahavi incorrendo na ideia da “pedagogização” do saber em que se separa dicotomicamente ensino e pesquisa? Ou seus argumentos possibilitam pensar na formação de um outro tipo de profissional para trabalhar como ponte entre conhecimento histórico produzido academicamente e o público em geral? Fica a cargo do leitor travar conhecimento com a argumentação do autor (autores) e chegar a conclusões próprias.

Já no seu artigo “O que é História Pública? Os públicos e seus passados”, Jill Liddington, professora da *University of Leeds* (Inglaterra), realiza como ela mesma define, “um brevíssimo levantamento da História Pública” (p. 43). A autora passeia pelas escolas historiográficas dos Estados Unidos da América, Austrália e Grã Bretanha e demonstra o que cada uma dessas escolas privilegia como História Pública. Entre os campos privilegiados, vistos pela professora, estão a História oral e a autobiografia; Memória e Patrimônio. Na mesma perspectiva panorâmica vem o próximo texto, “Conservação do Patrimônio cultural. Um panorama internacional”, de James K Reap, professor da *University of Georgia* (EUA). James K Reap traz um texto informativo desenvolvido a partir da pergunta, “por que preservamos nosso Patrimônio Cultural (pensamos que melhor seria o que preservamos como Patrimônio)?”. Entre o final do século XIX e ao longo do XX elenca o que considera como documentos importantes de instituições do Ocidente para definir o “escopo do Patrimônio Cultural” (p. 65). Informa sobre documentos como a “Carta da Austrália” (1974) com ditames de conservação dos lugares de significados e o “Documento de

Nara” (1989) que traz discussões sobre “autenticidade”. Reflete sobre como foi se formando, pela UNESCO, uma lista de bens patrimoniais culturais mundial, em risco e como se foram desenhando critérios para juízos como “valor universal excepcional” (p. 70). Menciona o ato do Conselho Geral da UNESCO que adotou a Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003, e traz a definição cunhada naquele momento, (Cultura Imaterial) como:

Práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados que a comunidade, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (p.73).

O segundo eixo da obra denominado “Dimensão da Oralidade na História Pública,” inicia-se com Artigo “Fontes Oraís e Visuais na pesquisa Histórica. Novos métodos e possibilidades narrativas”, de Ana Maria Mauad e Fernando Dumas. Os autores apresentam a iniciativa de produção e divulgação do conteúdo Histórico via “vídeo-história que é uma narrativa fílmica dos resultados de uma operação histórica que mantém os requisitos acadêmicos [...]” (p. 81). Vídeo-história como “um novo tipo de texto histórico” (p. 81) em que a marca da intertextualidade de fontes oraís, visuais e sonoras é a sua marca primordial. Propõem, ainda, uma metodologia para esse tipo de produção que deve se preocupar em “[...] incorporar a necessidade de diferenciar o circuito de produção da fonte de memória e suas diferentes formas de guarda.” (p. 83). Os autores, desse modo, deixam claros seus conceitos principais: memória, narrativas, intertextualidade e geração. Assim, como sintetizam tipos de escrita vídeográfica em: Escrita direta e interativa; Escrita intertextual; Escrita intertextual ampliada; Escrita videoclípe.

No Artigo “Palavras no Tempo e no Espaço. A gravação e o texto de História oral”, de Ricardo Santhiago, ele escreve: “[...] provavelmente o ramo do conhecimento que mais e melhor se adaptou a História Pública”(p. 97), pois teria a capacidade de afetar mais diretamente os “sentidos” das comunidades com o seu material e traz uma discussão teórico-metodológica acerca da História oral enquanto produção de conhecimento e suas possibilidades para com a História Pública. Já o artigo seguinte, “Fontes Oraís. Perspectivas para o Tratamento em Centros de Documentação e Arquivos,” de Simone Silva Fernandes, apresenta não a produção do arquivo de fonte oral, mas como os já formados arquivos, por exemplo, Centro de Documentação de Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC), criado em 1980, pode prestar-se a aproximação com o público. E oferece o exemplo do Programa de Documentação Oral que criou um espaço multidisciplinar de discussões com profissionais de áreas diversas interessados nesse tipo de fonte.

Possibilidade, nada inusitada, de ligar oralidade, pesquisa e divulgação se encontram no Artigo “Radio, Memória da História,” de Cecília Miglorancia e Marta Fonterrada. As autoras trabalham com a ideia de que as programações de rádios podem trazer o contexto social e cultural de grupos específicos (ouvintes), da sociedade em cada época. A semelhança de outros autores da presente obra propõem saídas metodológicas para o trabalho com esse tipo de material, como na subdivisão do mesmo artigo intitulado “Ouvidos para Gravar” (p.131) com dicas aos interessados na experiência sobre gravação, formatos de gravação, pauta de programa, edição, dentre outros. E, claro, lançam diretrizes que articulam de programas para emissoras de rádios e divulgação de conteúdos da ciência.

No terceiro eixo da obra tem-se “Experiências em História Pública.” A primeira das experiências é ditada por Paulo Nassar, doutor em comunicação, com o título, “História e Memória Empresariais da Tradição e Inovação”. Nassar faz, inicialmente, um apanhado de como o tema frequenta as pesquisas acadêmicas nas Ciências Sociais e chama a atenção para “Novos Olhares” postos no assunto da década de 1990 para os dias atuais, em que os trabalhadores de empresas têm sido protagonistas de pesquisas e exposições.

Já no artigo “Jornalismo e Divulgação Científica em História e Ciências Humanas,” Valéria Dias, jornalista, aborda o trabalho da equipe da Agência USP que divulga ciência em um boletim na rádio USP FM (93,7 MHz). Questão central do artigo: “como transformar a linguagem acadêmica em uma notícia?” (p. 145). A autora desenvolve e apresenta dicas tanto para os pesquisadores, como para os jornalistas de como devem lidar em situações de entrevista.

Apresenta também diferenças na perspectiva do repórter e do oralista. Ainda demonstra seu trabalho, a partir de um material produzido durante entrevista com o Historiador Ricardo Oriá, momento em que o leitor pode acompanhar o processo de transformar os dados fornecidos pelo entrevistado em linguagem de notícia.

O artigo “Arquivos e Centros de Documentação. Um Perfil”, de Viviane Tessitore, fala da produção de documentação de forma geral. Define “documento” como “conjunto da informação e seu suporte, ou seja, documento é informação registrada em um veículo material.” (p. 161). Tessitore explica que o documento tem função social voltada para áreas específicas: “administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica.” (p. 161) Também explicita as instituições responsáveis pela guarda e preservação de documentos como “arquivos, bibliotecas, centros de documentação (p. 161). Esclarece sobre os princípios da organização de arquivos, apresenta a “teoria das três idades dos arquivos” (p. 164). Diferencia Centros de memória e de Documentação.

Em “O Fado na cidade de Santos”, Heloisa de Araújo Duarte Valente, apresenta uma possibilidade viável de pesquisa junto a um acervo particular (no caso, o acervo de Manoel Ramos e Lidia Miguez) para análise do Fado na cidade de Santos. Valente traz indicações de como, a partir desse acervo de família, pode-se fazer pesquisa e como tornou-se público, uma atividade artística e cultural da cidade de Santos.

Nos dois últimos artigos temos duas discussões em torno de dois objetos primais, tanto para o profissional de história, como para o grande público: um deles, a literatura e o outro o cinema. Adriane Vidal Costa no texto intitulado, “Gabriel Garcia Marquez”, faz uma reflexão em cima de várias crônicas do ano de 1970, redigidas pelo literato colombiano, a respeito de Cuba que envolvem jornalismo, literatura, história e divulgação de juízo de valor como dado histórico. Já no artigo “Cinema, educação e História Pública. Dimensões do filme Xica da Silva,” Rodrigo de Almeida Ferreira sintetiza discussões sobre cinema e história e faz considerações tanto para o uso didático do filme em sala de aula, como a fruição das informações históricas para com o público leigo. Não deixa de reafirmar o cinema como uma fonte privilegiada para História Pública e coloca a tarefa aos Historiadores de se prepararem melhor para o debate e ocupação do espaço.